

PROCESSO - A. I. Nº 102148.0013/07-0
RECORRENTE - BAPEC COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA. (PRORUAL)
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 1ª JJF nº 0022-01/08
ORIGEM - INFAZ VAREJO
INTERNET - 26/08/2008

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0276-11/08

EMENTA: ICMS. 1. CARTÃO DE CRÉDITO E/OU DÉBITO. SAÍDAS EM VALOR INFERIOR AO FORNECIDO PELA ADMINISTRADORA E INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES SEM DOCUMENTAÇÃO FISCAL. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. A apuração de saídas em valor inferior ao valor total fornecido por instituição financeira e/ou administradora de cartão de crédito enseja a presunção de que o sujeito passivo efetuou saídas de mercadorias tributáveis sem pagamento do imposto devido. Infração caracterizada. 2. DOCUMENTOS FISCAIS. a) CUPONS FISCAIS. EMISSÃO DE OUTRO DOCUMENTO FISCAL EM LUGAR DAQUELE DECORRENTE DO USO DO ECF. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. MULTA. A legislação tributária estadual determina que os contribuintes do ICMS que realizem vendas de mercadorias ou efetuem prestações de serviços a não contribuintes desse imposto, deverão utilizar equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF) para documentar tais operações ou prestações. O não atendimento resulta na aplicação da multa de 5% do valor da operação ao contribuinte usuário de ECF que emitir outro documento fiscal em lugar daquele decorrente do uso deste equipamento, nas situações em que está obrigado. Decisão modificada de ofício para aplicar ao item 3, com base no art. 106, II, “c” do CTN, a multa de 2%, prevista no art. 42, XIII-A, alínea “h” da Lei nº 7.014/96, alterada pela Lei nº 10.847/07, por ser mais benigna. Infração caracterizada. b) NOTAS FISCAIS. ESCRITURAÇÃO EM VALOR INFERIOR AO INDICADO NOS DOCUMENTOS FISCAIS. Diferença constatada no cotejo entre o valor consignado no livro de Registro de Saídas e o constante no documento fiscal. Infração caracterizada. 3. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. MERCADORIAS ADQUIRIDAS JUNTO A EMPRESA DE PEQUENO PORTE. É vedada a utilização de crédito fiscal nas aquisições de mercadorias junta a empresas de pequeno porte. Infração comprovada. 4. DOCUMENTOS DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS. DMA. DECLARAÇÃO INCORRETA DE DADOS. MULTA. Infração confirmada. Rejeitadas as arguições de nulidade. Indeferido pedido de perícia e diligência. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata o presente processo de Recurso Voluntário apresentado contra a Decisão proferida pela 1ª JJF, através do Acórdão JJF nº 0022-01/08, que julgou Procedente em Parte o Auto de Infração acima epígrafado, lavrado para imputar ao sujeito passivo o cometimento das seguintes infrações:

1. recolheu a menos ICMS em decorrência de desencontro entre os valores do imposto recolhido e o escriturado no livro Registro de Apuração do ICMS, no mês de junho de 2002, no valor de R\$197,78, sendo aplicada a multa de 60%;
2. deixou de recolher ICMS em decorrência de omissão de saídas de mercadorias tributáveis, apurada por meio de levantamento de vendas com pagamento através de cartões de crédito ou de débito, em valor inferior àquele fornecido por instituição financeira e administradora dos referidos cartões, nos meses de janeiro a dezembro de 2003, resultando na exigência de ICMS no valor de R\$3.490,92, acrescido da multa de 70%. No campo “Descrição dos Fatos” consta que foram comparados os dados constantes das reduções Z com as informações fornecidas pelas instituições financeiras, conforme planilha anexa, na qual se verifica que somente foram levadas em consideração as vendas tributadas;
3. emitiu outro documento fiscal em lugar daquele decorrente do uso de equipamento de controle fiscal nas situações em que estava obrigado, nos meses de janeiro a dezembro de 2003, tendo sido aplicada a multa de 5%, que resultou no montante de R\$1.970,89. Consta no campo “Descrição dos Fatos” que a imputação decorreu da emissão de notas fiscais em substituição a cupons fiscais, conforme planilha anexa, onde se observa que somente foram consideradas as notas fiscais D-1 nas quais incidiu o ICMS;
4. deixou de recolher o ICMS em função de divergências entre os documentos fiscais e os lançamentos nos livros fiscais próprios, no mês de maio de 2003, sendo exigido imposto no valor de R\$6,53, com aplicação da multa de 60%;
5. utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS referente à aquisição de mercadorias junto a empresa de pequeno porte, no mês de janeiro de 2002, no valor de R\$460,87, com aplicação da multa de 60%;
6. declarou incorretamente dados nas informações econômico-fiscais apresentadas através da DMA (Declaração e Apuração Mensal do ICMS), no mês de abril de 2002, sendo aplicada a multa de R\$120,00. Consta na “Descrição dos Fatos” que se refere a dados incorretos nos meses de abril e setembro de 2002, quando comparados ao livro Registro de Apuração do ICMS;
7. deixou de recolher ICMS em decorrência da constatação da existência de diferenças tanto de entradas como de saídas de mercadorias, sendo exigido o imposto sobre a diferença de maior expressão monetária – a das operações de entrada – com base na presunção legal de que o sujeito passivo, ao deixar de contabilizar as entradas, efetuou os pagamentos dessas entradas com recursos provenientes de operações de saídas de mercadorias realizadas anteriormente e também não contabilizadas no mesmo exercício, em referência aos exercícios de 2002 e 2003, sendo exigido ICMS no valor de R\$16.791,34, acrescido da multa de 70%.

Em Primeira Instância, o relator da JJF inicialmente rechaçou as nulidades suscitadas pelo sujeito passivo – exceto quanto à infração descrita no item 7, que julgou nula - com os seguintes fundamentos, resumidamente:

- I. que discorda da arguição de existência de cerceamento da ampla defesa, já que todos os fatos foram descritos de forma clara e precisa, tendo inclusive, em atendimento à diligência determinada pela 1ª JJF, sido disponibilizados ao sujeito passivo os Relatórios Diários por Operação TEF, assim como foi reaberto o seu prazo de defesa, possibilitando o exercício do contraditório de forma plena;

- II. que em relação à arguição de existência de vício insanável por falta de autorização às empresas administradoras de cartões de crédito em referência ao repasse de informações concernentes às operações realizadas através de cartões, tal exigência encontra-se prevista no art. 35 da Lei nº 7.014/96, regulamentada no art. 824-W, do RICMS/97, dispositivos que transcreve, o que afasta a pretensa ilegalidade do procedimento.
- III. que em relação à arguição de falta de descrição clara e precisa e da falta de elementos de sustentação quanto à infração 2, tais argumentos não podem prosperar, pois não há nenhuma obscuridade na descrição da infração, tendo em vista que os demonstrativos que foram elaborados relacionam os documentos fiscais que lhes serviram de base, indicando todos os dados pertinentes, tendo o autuante, ao apurar os valores impositivos, se baseado nos dados constantes nos elementos fornecidos pelo próprio contribuinte e nos dados informados pelas administradoras de cartões e instituições financeiras;
- IV. que em relação à argumentação de que a tipificação da infração 3 não coincide com o seu enquadramento, cerceando seu direito de defesa, o art. 824-D, inciso II, do RICMS/97, que consta no Auto de Infração, de fato está relacionado com os procedimentos a serem adotados pelos usuários de equipamento emissor de cupom fiscal, sendo aplicável à situação em tela o art. 824-B, mas não obstante esse fato, não há cerceamento ao seu direito de defesa, a teor do art. 19 do RPAF/99, que transcreve, além do que a infração está perfeita, não carecendo de nenhum reparo, haja vista que aponta que o contribuinte *“emitiu outro documento fiscal em lugar daquele decorrente do uso de equipamento de controle fiscal nas situações em que estava obrigado.”*

No mérito, a JJF julgou improcedente a infração descrita no item 1, e procedente as dos itens 2 a 6, estas últimas objetos do presente Recurso Voluntário, na forma abaixo:

INFRAÇÃO 2 - Consignou o Relator de Primeira Instância que o autuante, ao confrontar os valores das vendas efetuadas com cartão de crédito e/ou débito, constantes na redução Z e nas notas fiscais emitidas pelo autuado, com os valores informados pelas citadas administradoras e instituições, identificou diferença a mais nesses últimos valores, fato esse que caracteriza a presunção legal de omissão de saídas de mercadorias, como determina o § 4º do art. 4º da Lei nº 7.014/96, com alteração dada pela Lei nº 8.542/02. Consignou, ainda, que, nos termos do art. 824-B, *caput*, do RICMS/97, os contribuintes que realizarem vendas de mercadorias ou prestarem serviços a não contribuintes do ICMS devem utilizar equipamento emissor de cupom fiscal para documentar tais operações ou prestações, situação do autuado, usuário obrigatório de ECF, e que também art. 238, determina os procedimentos que devem ser observados pelo contribuinte usuário de ECF, inclusive quando emite Nota Fiscal de Venda a Consumidor, série D-1 e Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, por solicitação dos clientes, caso em que deverá juntar a 1ª via do documento fiscal emitido no ECF – cupom fiscal – à via fixa da nota fiscal emitida, na qual deverão ser consignados o número sequencial atribuído ao equipamento emissor de cupom fiscal e o número do cupom fiscal.

Salientou que esse procedimento não representa uma faculdade dada ao contribuinte, mas uma imposição, e que para que haja a comprovação efetiva da operação deve o mesmo obedecer às determinações regulamentares citadas, havendo, nesse caso, a necessidade de uma perfeita identificação da operação, tanto para preservar o contribuinte quando fiscalizado quanto ao erário estadual, para evitar qualquer risco ou prejuízo, mas como o contribuinte não as observou, não elidiu a acusação fiscal com a comprovação através da 1ª via do cupom fiscal anexada à via fixa da nota fiscal correspondente. Ao final, consignou que em relação à argumentação do sujeito passivo de não ter sido considerado pela fiscalização o fato de que também opera com mercadorias isentas, verificou que no procedimento adotado pelo autuante, conforme planilha de fl. 34, foi aplicada no cálculo do imposto devido a mesma proporção encontrada em todas as saídas de mercadorias realizadas em cada período de apuração, ou seja, em relação a todas as operações de saída praticadas pelo contribuinte, foi encontrado o percentual mensal relativo às operações normalmente

tributadas pelo ICMS, índice esse utilizado em relação aos montantes das omissões constatadas, tornando sem fundamento tal argüição;

INFRAÇÃO 3 – Manteve a JF a exigência fiscal, ao argumento de que a obrigatoriedade da emissão do cupom fiscal encontra-se prevista nos art. 824-B e 238 RICMS/97, somente estando o contribuinte usuário de equipamento emissor de cupom fiscal autorizado a emitir notas fiscais de venda a consumidor ou modelo 1, por outro meio que não o ECF, nos casos de sinistro ou defeito do equipamento, ou quando solicitado pelo adquirente das mercadorias, porém, neste último caso, deve ser emitido, concomitantemente, o cupom fiscal, e anexado à via fixa do documento fiscal emitido, no qual serão consignados o número sequencial atribuído ao ECF no estabelecimento e o número do documento fiscal emitido no ECF. No entanto, ressaltou o relator que nos autos não existem provas que indiquem terem sido esses os motivos que levaram o contribuinte a emitir notas fiscais em substituição aos cupons.

A JF ainda observou que não merece guarida a alegação da defesa de que o autuante não indicara quais os documentos que haviam sido emitidos em desacordo com a legislação fiscal, nem apontara os seus valores, haja vista que nos demonstrativos acostados às fls. 38 a 49 foram identificados os dados concernentes aos documentos fiscais em questão;

INFRAÇÃO 4 – A exigência fiscal que se refere a ICMS não recolhido em função de divergências entre os dados constantes em documentos fiscais e aqueles consignados no livro Registro de Saídas foi mantida ao argumento de que o sujeito passivo incorreu em equívoco ao alegar que não foram indicados corretamente os dados relativos à imposição tributária, já que às fls. 78 a 80 estão identificadas as notas fiscais de saída tributadas à alíquota de 17% que tinham sido lançadas no referido livro sem o imposto devido;

INFRAÇÃO 5 – Consignou o relator da JF que a imputação refere-se a utilização indevida de crédito fiscal de ICMS referente à aquisição de mercadorias junto a empresa de pequeno porte, constando dos autos a indicação referente aos dados correspondentes às notas fiscais em questão, às fls. 82 a 87, bem como cópia da página do livro Registro de Entradas na qual os documentos foram lançados e onde se comprova que foi considerado o crédito do imposto. Concluiu o relator que o emitente das referidas notas fiscais é empresa de pequeno porte, não sendo admissível a utilização do crédito fiscal destacado nos referidos documentos, conforme estabelece o art. 97, inciso XI do RICMS/97.

INFRAÇÃO 6 – A exigência fiscal decorreu da declaração incorreta de dados nas informações econômico-fiscais apresentadas através da DMA, restando comprovado, de acordo com os elementos de prova anexados pelo autuante às fls. 92 a 95, que as divergências correspondem a inconsistências nas informações concernentes aos meses de abril e setembro de 2002, o que torna correta a aplicação da multa prevista no art. 42, inciso XVIII, alínea “c” da Lei nº. 7.014/96.

Irresignado com o julgado de Primeira Instância, o sujeito passivo interpõe o presente Recurso Voluntário - fls. 562 a 563 – através de advogado regularmente constituído, onde após reiterar os termos da defesa apresentada, pede a reforma da Decisão recorrida para que sejam julgadas improcedentes as exigências dos itens 2 a 6 dos autos, nos seguintes termos.

INFRAÇÃO 2 – Alega que a mesma é nula, porque faltam elementos suficientes para apuração da base de cálculo, como também é improcedente, pois os produtos comercializados pela empresa estão acobertados por isenção;

INFRAÇÃO 3 – Alega ser a mesma improcedente, pois a empresa teria realizado conduta permitida pelo art. 824-D, inciso II, do RICMS/97, além do que não houve prejuízo ao Fisco, posto que outros documentos foram emitidos pela empresa, documentos esses devidamente escriturados e o ICMS correspondente recolhido;

INFRAÇÃO 4 – Alega ser a mesma nula, pois entende que não foi apontada a suposta divergência detectada e qual a sua origem;

INFRAÇÃO 5 – Reitera a alegação de nulidade já apresentada em sede de Impugnação, acrescentando que os créditos utilizados estão em conformidade com a legislação aplicável e,

INFRAÇÃO 6 – Aduz que ainda que tenha ocorrido a apontada divergência, foi feito recolhimento a maior do ICMS.

Ao final, protesta e requer depoimento pessoal do autuante, juntada posterior de documentos, perícia e diligência, bem como por todos os demais meios de prova em direito admitidos.

A PGE/PROFIS – às fls.569 a 573 – pronuncia-se pelo Não Provimento do Recurso Voluntário, por considerar ausentes os argumentos jurídicos capazes de provocar revisão do Acórdão recorrido, e por considerar que as imputações fiscais estão claras, devidamente tipificadas e alicerçadas na legislação estadual, atendendo o lançamento a todos os requisitos descritos no art. 39 do RPAF/BA.

VOTO

Quanto às razões recursais, comungamos com o entendimento da PGE/PROFIS, também expressa na Decisão recorrida, no sentido de rechaçar as nulidades suscitadas, visto que o Auto de Infração foi lavrado em estrita obediência aos ditames legais e regulamentares, as multas cominadas são as previstas na legislação aplicável, as infrações imputadas estão descritas de forma a permitir o seu pleno conhecimento por parte do sujeito passivo, e este ao se defender demonstrou total conhecimento das mesmas, não havendo nenhuma obscuridade ou falta de clareza que maculasse as exigências fiscais, não estando presentes nenhuma das hipóteses de nulidade elencadas no art. 18 do RPAF/BA.

Também entendemos desnecessária a perícia e diligência requeridas pelo sujeito passivo, a uma porque requeridas de forma aleatória, sem especificação dos pontos que requer deslinde, contrariando o quanto disposto no art.145 do RPAF/BA, abaixo transcrito:

“Art. 145. O interessado, ao solicitar a produção de prova ou a realização de diligência ou perícia fiscal, deverá, no pedido, fundamentar a sua necessidade.

Parágrafo único. Tratando-se de solicitação de perícia fiscal, o interessado deverá formular no pedido os quesitos a serem respondidos, sob pena de indeferimento de plano, podendo indicar, se preferir, seu assistente técnico, indicando sua qualificação e endereço”. Grifos nossos.

A duas, porque entendemos suficientes os elementos constantes dos autos para formação da nossa convicção, além do que a prova dos fatos sob análise no presente lançamento de ofício não dependem de conhecimento especial de técnicos, o que se decide com lastro no art. 147, I, “a” e II, “a” do mesmo diploma regulamentar acima citado, que abaixo também transcrevemos:

“Art. 147. Deverá ser indeferido o pedido:

I - de diligência, quando:

a) o julgador considerar suficientes para a formação de sua convicção os elementos contidos nos autos, ou quando a verificação for considerada impraticável;

II - de perícia fiscal, quando:

a) a prova do fato não depender do conhecimento especial de técnicos;”. Grifos nossos.

No mérito, melhor sorte não encontra o recorrente, estando correta a Decisão recorrida ao manter, “*in totum*”, as exigências fiscais objeto do presente Recurso Voluntário.

No que pertine ao item 2 da autuação – que imputa ao sujeito passivo a falta de recolhimento do ICMS em decorrência de omissão de saídas de mercadorias tributáveis, apurada por meio de levantamento de vendas com pagamento através de cartões de crédito ou de débito, em valor infe-

rior àquele fornecido por instituição financeira e administradora dos referidos cartões – não se desincumbiu o contribuinte de provar a improcedência da presunção em lide, ônus que lhe cabe, ao contrário do que afirma, nos termos do § 4º do art. 4º da Lei nº 7.014/96, “*in verbis*”:

“Art. 4º Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no momento:

§ 4º O fato de a escrituração indicar saldo credor de caixa, suprimentos a caixa não comprovados ou a manutenção, no passivo, de obrigações já pagas ou inexistentes, bem como a existência de entrada de mercadorias não contabilizadas ou de declaração de vendas pelo contribuinte em valores inferiores às informações fornecidas por instituições financeiras e administradoras de cartões de crédito, autorizam a presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem pagamento do imposto, ressalvada ao contribuinte a prova da improcedência da presunção.” Grifos nossos.

Conforme consignado pelo relator de Primeira Instância, muito embora tenha sido determinada a reabertura de prazo de defesa do contribuinte para que lhe fossem disponibilizados os Relatórios Diários por Operação TEF, diante da sua alegação de que não os teria recebido, o mesmo não trouxe aos autos nenhuma prova que afastasse a exigência fiscal, o que poderia ser feito através da juntada dos boletos de vendas efetuadas através de cartões, acompanhada da respectiva nota fiscal.

Por outro lado, se verifica da análise da planilha às fls. 34 dos autos, que embasa a exigência fiscal em tela, que o autuante levou em consideração o fato do contribuinte também operar com produtos isentos, aplicando no cálculo do imposto devido a mesma proporção encontrada em todas as saídas de mercadorias realizadas em cada período de apuração, ou seja, em relação a todas as operações de saída praticadas pelo contribuinte, encontrou o percentual mensal relativo às operações normalmente tributadas pelo ICMS, índice esse utilizado em relação aos montantes das omissões constatadas.

Assim, não comprovando o sujeito passivo de forma objetiva a inexatidão quanto aos valores apurados pela fiscalização, não apresentando documentos que elidissem o débito exigido, aliado ao fato de que a mera negativa de cometimento da infração, à luz do quanto determina o art. 143 do RPAF/99, não desonera o contribuinte da responsabilidade pelo pagamento do imposto, além do que, constatada diferença entre o valor de vendas através de cartão de débito/crédito apurado pelo contribuinte e o valor informado pela empresa administradora do cartão de crédito, tal fato constitui uma presunção de omissão de receitas, conforme disposto no art. 4º, § 4º, da Lei nº 7.014/96, acima transcrito, somos pela manutenção da Decisão recorrida quanto a este item.

Quanto ao item 3 – que imputa ao sujeito passivo emissão de outro documento fiscal em lugar daquele decorrente do uso de equipamento de controle fiscal, em situações em que estava obrigado – como bem frisou a JJF, a exigência fiscal encontra lastro nos arts. 824-B e 238 do RICMS, não sendo caso de nulidade a indicação equivocada dos dispositivos que embasam a autuação, a teor do quanto estabelece o art. 19 do RPAF, citado pelo relator de Primeira Instância, posto que os elementos constantes do presente lançamento de ofício permitem perfeitamente o pleno conhecimento da imputação.

Por sua vez, os dispositivos acima citados determinam que o contribuinte usuário de equipamento emissor de cupom fiscal somente está autorizado a emitir notas fiscais de venda a consumidor ou modelo 1, por outro meio que não o ECF, nos casos de sinistro ou defeito do equipamento ou, quando solicitado pelo adquirente das mercadorias, emití-las concomitantemente com o cupom fiscal, anexando-o à via fixa do documento fiscal emitido, e no qual serão consignados o número seqüencial atribuído ao ECF no estabelecimento e o número do documento fiscal emitido no ECF.

No entanto, não logrou o sujeito passivo comprovar que tais ocorrências se fizeram presentes e o impediram de emissão do pertinente cupom fiscal, além do que na exigência fiscal em tela, conforme demonstrativos de fls. 38 a 49 dos autos, o autuante apenas relacionou os dados dos documentos fiscais emitidos com tributação, devendo, assim, ser mantida a exigência fiscal. No en-

tanto, de ofício, alteramos a multa imputada a este item, visto que o art.42, inciso XIII-A, alínea “h” da Lei nº 7.014/96 foi alterada pela Lei nº 10.847/07, reduzindo-se o percentual de multa de 5% para 2%, percentual este que deverá ser aplicado a este lançamento de ofício, em obediência ao princípio da retroatividade da norma mais benigna, inserta no art. 106, II, “c” do Código Tributário Nacional.

Em relação ao item 4 da autuação – que imputa ao sujeito passivo a falta de recolhimento do ICMS em função de divergências entre os documentos fiscais e os lançamentos nos livros fiscais próprios, no mês de maio de 2003 – verifica-se dos demonstrativos de fls. 78 a 80 a identificação das notas fiscais de saídas emitidas pelo contribuinte autuado, onde consta destaque do imposto à alíquota de 17%, e que, no entanto, foram lançadas no livro Registro de Saídas como sem tributação, comprovando as divergências apontadas. Assim, não merece a mínima guarida a alegação de nulidade do recorrente, ao argumento de que não há prova da divergência apontada no presente lançamento de ofício.

No que pertine ao item 5 – utilização indevida de crédito fiscal de ICMS referente à aquisição de mercadorias junto à empresa de pequeno porte – correta a Decisão recorrida ao mantê-la, visto que, tratando-se de documentos fiscais emitidos por empresa de pequeno porte, a legislação veda o destaque do imposto, nos termos do art. 97, inciso XI do RICMS/97. Às fls. 82 a 87 consta listagem de três notas fiscais objeto do lançamento, bem como cópia da página do livro Registro de Entradas na qual os documentos foram lançados e onde se comprova que foi considerado o crédito do imposto.

“Art. 97. É vedado ao contribuinte, ressalvadas as disposições expressas de manutenção de crédito, creditar-se do imposto relativo à aquisição ou à entrada, real ou simbólica, de mercadorias no estabelecimento, bem como aos serviços tomados:

XI - nas aquisições de mercadorias e serviços efetuadas a microempresas, empresas de pequeno porte e ambulantes, salvo em se tratando de aquisições a microempresas e empresas de pequeno porte que se dediquem exclusivamente à atividade industrial.” Grifos nossos.

Por último, quanto ao item 6 - declaração incorreta de dados nas informações econômico-fiscais apresentadas através da DMA – inatacável o Julgado de Primeira Instância, visto que restou comprovado nos autos, vide fls. 92 a 95, que as divergências apontadas pelo autuante se referem às informações concernentes aos meses de abril e setembro de 2002, o que torna correta a aplicação da multa prevista no art. 42, inciso XVIII, alínea “c” da Lei nº 7.014/96.

Assim, diante das razões acima aduzidas, somos pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso Voluntário, modificando de ofício a Decisão recorrida apenas quanto ao item 3 da autuação, para aplicação da multa de 2%, e não 5%, diante da alteração da alínea “h”, inciso XIII-A do art. 42 da Lei nº 7.014/96, modificada pela Lei nº 10.847/07, por ser mais benéfica, em conformidade com o art. 106, II, “c” do CTN, julgando, assim, PROCEDENTE EM PARTE o Auto de Infração epigrafado, em que a infração em comento fica com a seguinte conformação:

INFRAÇÃO 3				
OCORRÊNCIA	VENCIMENTO	B. DE CÁLCULO	MULTA	VLR REAL
31-01-2003	09-02-2003	2.132,90	2%	42,66
28-02-2003	09-03-2003	3.403,80	2%	68,08
31-03-2003	09-04-2003	4.483,50	2%	89,67
30-04-2003	09-05-2003	4.864,28	2%	97,29
31-05-2003	09-06-2003	3.232,65	2%	64,65
30-06-2003	09-07-2003	2.077,58	2%	41,55
31-07-2003	09-08-2003	2.926,80	2%	58,54
31-08-2003	09-09-2003	2.354,00	2%	47,08
30-09-2003	09-10-2003	3.310,35	2%	66,21
31-10-2003	09-11-2003	5.026,90	2%	100,54
30-11-2003	09-12-2003	3.057,10	2%	61,14

31-12-2003	09-01-2004	2.548,80	2%	50,98
TOTAL		39.418,66		788,39

Tendo em vista as alterações efetuadas, o débito autuado remanesce no valor total de R\$4.866,71.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado referente à Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **102148.0013/07-0**, lavrado contra **BAPEC COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA. (PRORUAL)**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$3.958,32**, acrescido das multas de 70% sobre R\$3.490,92 e 60% sobre R\$467,40, previstas nos incisos III, II, alíneas “a” e VII, “a”, do art. 42 da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, além das multas por descumprimento de obrigação acessória no total de **R\$908,39**, sendo R\$120,00, prevista no inciso XVIII, alínea “c” do art. 42, da lei retrocitada, e R\$788,39, reduzida de ofício, de acordo com o art. 2º, V, da Lei nº 10.847/07, que alterou o art. 42, XIII-A, “h”, da Lei nº 7.014/96, por ser mais benéfica, em conformidade com o art. 106, II, “c” do Código Tributário Nacional, com os acréscimos moratórios na forma prevista pela Lei nº 9.837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, em 14 de agosto de 2008.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA – PRESIDENTE

SANDRA URÂNIA SILVA ANDRADE – RELATORA

ÂNGELI MARIA GUIMARÃES FEITOSA - REPR. DA PGE/PROFIS